

TERMO DE REFERÊNCIA - Lei nº 13.133/2021**BENS DE CONSUMO/PERMANENTE****Processo Administrativo nº SEPLAG-PRO-2025/05887**

Termo de Referência nº 014/2025/SEAPS/SEPLAG

Órgão: SEPLAG

Número da Unidade Orçamentária: 11.101

Unidade Administrativa Demandante: Secretária Adjunta de Patrimônio e Serviços

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de uniformes e vestimentas de proteção, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, bem como da Unidade da Prefeitura do Centro Político Administrativo, nos termos da tabela abaixo, na qual também estão indicados os valores unitários e o valor total, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Seq	Código/Descrição	Un. Aquis.	Elem./Sub	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Grupo 1	1	0012577 - CAMISETA - TAMANHO: A DEFINIR; MANGA: LONGA; GOLA: RIBANA REDONDA; COR: AZUL MARINHO; TECIDO: MALHA PV (87% POLIÉSTER, 33% VISCOSE); MODELO: UNISSEX; IMPRESSÃO: COM IMPRESSÃO/PINTURA EM COR BRANCO FRENTE E COSTAS.	1 UN	3036 - VESTUÁRIO, UNIFORME, TECIDOS E AVIAMENTOS	250	R\$ 36,07	R\$ 9.017,50
Grupo 1	2	0012218 - CALÇA - COMPOSIÇÃO DO TECIDO: 100% ALGODÃO; CÔS: ELÁSTICO TOTAL COM CADAÇO PARA AJUSTE; COR: AZUL MARINHO; TAMANHOS: A DEFINIR; BOLSOS: 2 FRONTAIS 2 TRASEIROS; TECIDO: BRIM PESADO.	1 UN	3036 - VESTUÁRIO, UNIFORME, TECIDOS E AVIAMENTOS	250	R\$ 62,98	R\$ 15.745,00
Valor Total Grupo 1:						R\$ 24.762,50	
Grupo 2	1	0011871 - CHAPÉU - PROTEÇÃO: UV +50; TECIDO: BRIM PESADO; COR: AZUL MARINHO; MODELO: AUSTRALIANO; BRIM: PROFISIONAL PESADO; PROTETOR: NUA; BOTÃO: DE PRESSÃO NA ABA LATERAL PARA PRENDER A ABA; COMPOSIÇÃO DO TECIDO: 100% ALGODÃO	1 UN	3090 - EQUIPAMENTO E MATERIAL DE LIMPEZA	227	R\$ 35,21	R\$ 7.992,67
Valor Total Grupo 2:						R\$ 7.992,67	
Grupo 3	1	0001187 - CONJUNTO DE CAMISA E CALÇA - TAMANHO: P.M.G.GG.XG; MATERIAL: 100 % ALGODÃO; BRIM: COR: CINZA COM FAIXA RETRORREFLETIVA NA COR AMARELA ESVERDEADO ESFLORECENTE. POSIÇÃO DA FAIXA: HORIZONTAL; LARGURA: 5 CM; CAMISA: COM BOLSO FRONTAL, MANGA LONGA, SEM BOTÕES E COM FAIXAS REFLETIVAS NO ABDÔMEN E NAS MANGAS; CALÇA: COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E DOIS TRASEIROS, CINTURA COM ELÁSTICO E CORDÃO PARA AJUSTE EM MALHA PIQUET, COM FAIXAS REFLETIVAS NAS PERNAS; COEFICIENTE DE REFLEXÃO (RA): 400 CD/L X.M2 (MÍNIMO ESPECIFICADO NA ABNT NBR 15292: 330 CD/LX.M2).	1 CJ	3024 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	76	R\$ 154,23	R\$ 11.721,48
Valor Total Grupo 3:						R\$ 11.721,48	
Grupo 4	1	1106996 - CAMISETA MANGA LONGA - PROTEÇÃO EM POLIÉSTER ELÁSTANO, FATOR DE PROTEÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES UVA E UVB PROTEÇÃO FRUJO+ PERMANENTE. TAMANHOS P, M, G, GG, EXG. COR: A DEFINIR COM ÓRGÃO. UNIDADE.	1 UN	3036 - VESTUÁRIO, UNIFORME, TECIDOS E AVIAMENTOS	25	R\$ 55,82	R\$ 1.395,50
Valor Total Grupo 4:						R\$ 1.395,50	

HA.SR: 448f85b87274d517e9f7b0a4e5e0d050415150b1e1a7f74d51725055509. O documento assinado digitalmente, vale em https://sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444. Assinado por ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 20/09/2025, POR: MARIANA DE SA CAMPOS MAIA, MARIANA DE SA CAMPOS MAIA em 20/09/2025, MARIANA DE SA CAMPOS MAIA em 20/09/2025. Assinado em 20/09/2025 por MARIANA MAIA.



SEPLAGCAP/2025/49783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

Valor Total Global:	R\$ 45.872,15
---------------------	---------------

1.2. Valor total global da contratação foi previsto em R\$ 45.872,15(Quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e quinze centavos..)

1.3. O contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 1.525/2022.

1.4. Os custos estimados foram determinados conforme pesquisa de preços realizada na forma do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e juntada a este processo administrativo.

1.5. O quantitativo a ser adquirido foi dimensionado da seguinte forma:

1.5.1. A Unidade da Prefeitura localizada no Centro Político Administrativo (UPCPA) realiza a gestão dos reeducandos encaminhados pela Fundação Nova Chance – FUNAC, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP. Entre os anos de 2022 a 2025 a média anual de colaboradores da UPCA, pela Fundação Nova Chance foi de 61 reeducandos por ano.

1.5.2. Atualmente, a UCPA conta com 36 reeducandos ativos, estando inclusive, em fase de contratação de mais 15 colaboradores, por meio do processo administrativo SEPLAG-PRO-2025/13889 , o que irá totalizar 51 reeducandos que atuam na manutenção das áreas externas do Centro Político.

1.5.3. Os quantitativos de conjuntos de camisa e calça também serão utilizados por reeducandos que estão sob a gestão da Coordenadoria de Patrimônio e Serviços, e a camisetas de manga longa com proteção UV, foram estimados considerando também a equipe técnica da SPP, composta por 3 arquitetos e 6 engenheiros, que eventualmente realizam serviços externos ligados às competências da Superintendência.

1.5.4. Portanto, considerando a quantidade de reeducandos, a alta rotatividade destes - o que frequentemente impede a devolução dos uniformes ao final do vínculo - e a importância da identificação e segurança durante a execução das atividades laborais, e a quantidade de servidores que irão fazer uso dos itens aqui pretendidos, foi definido um quantitativo que atende a demanda atual e seguintes, em atenção aos princípios da economicidade e eficiência.

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois se enquadram na definição disposta no § 1º do art. 80 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, em que "consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

1.7. A categoria de despesa do objeto a ser contratado enquadra-se em: BENS DE CONSUMO/PERMANENTE.

2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

MAISA: 4e98c8cb67371d51eee7d8ceadce0e042dc0d165616f1b7a3a74e51726656d09. Documento assinado digitalmente, válido em <https://requeritos.speleg.mt.gov.br/flowbee-pub/#/validar/0308-C816-PQ01W-TGVD>. Assinado por: ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 28/08/2025, KAROL MAR TIANI/O MASIERO em 28/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 26/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS em 28/08/2025. Juntado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGC:AP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigaex.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA ➤

2.1. O fornecimento será sob demanda tendo em vista a quantidade a ser adquirida, devendo o Contratado prever a entrega através de Ordem(ns) de Fornecimento(s), até o quantitativo total previsto durante a vigência do contrato.

2.2. O prazo de vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, devendo ser observada a existência de créditos orçamentários.

2.3. O prazo de vigência será prorrogada de forma automática, sem a necessidade de celebrar termo aditivo se o objeto não foi concluído dentro do prazo de vigência inicialmente estabelecido, o que não impede a eventual aplicação de sanções administrativas em desfavor do Contratado, nos termos deste contrato e da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A alteração do prazo de execução inicialmente previsto poderá ser feita mediante justificativa técnica e análise jurídica, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, devendo o contratado apresentar cronograma readequado, o que será formalizado por meio de aditivo contratual.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação é necessária para atendimento das demandas da Secretaria Adjunta de Planejamento e Gestão, incluídas pela Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica e Secretaria Adjunta de Patrimônio e Serviços.

3.2. A aquisição de uniformes, incluindo conjuntos de calça e camisa com faixas retrorrefletivas, bem como blusas de manga com proteção UV, é fundamental para atender com eficiência às demandas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Esses itens são essenciais para garantir a padronização, segurança e proteção dos servidores no desempenho de suas atividades, especialmente em ambientes externos ou de exposição prolongada ao sol. A presença de faixas retrorrefletivas contribui para a visibilidade e segurança dos profissionais em áreas com circulação de veículos ou baixa luminosidade, enquanto as blusas com proteção UV oferecem barreira contra os efeitos nocivos da radiação solar, promovendo melhores condições de trabalho e preservando a saúde dos colaboradores.

3.3. Ademais, a presente contratação vai de encontro ao projeto Reeducando, oriundo do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Estado de Mato Grosso, por intermédio da Fundação Nova Chance e a SEPLAG.

3.4. Considerando que a Fundação Nova Chance (FUNAC) é uma instituição do Governo do Estado de Mato Grosso, autorizada à criação pela Lei nº 291/2007 e institucionalizada pelo Decreto nº 1.478 de 29 de julho de 2008, vinculada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/MT), que tem como objetivo a reinserção social de pessoas que estão em privação de liberdade, além de auxiliá-los na recuperação psicossomática e na assistência familiar. A FUNAC, nesse sentido, tem voltado suas ações para a melhoria

HASH: a4d85b3b7294d51e9a7f0bca9e5d05d0a515b0e1e1a74a51726565d0b. Documento assinado digitalmente, valide em <https://sigadocs.seplag.mt.gov.br/validador> ou por ANDRESSA CAUANO BARBIERI em 20/09/2025, POR: MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 20/09/2025. Assinado em 20/09/2025 por MAIRA MAIA.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadocs.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA



SEP1 AGC:AP202549783A

SIGA

6.7.1.3.1. Quando enviada por via postal, o prazo de entrega será considerado a data de postagem da amostra.



SEP1 AGC:AP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA 

6.7.1.4. A amostra a ser apresentada deverá ser confeccionada conforme características constantes no item 1 deste instrumento.

6.7.1.5. A análise da amostra será realizada no prazo de até 01 (um) dia útil contados a partir do recebimento.

6.7.1.6. A amostra será avaliada pela área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

6.7.1.7. A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho pelo setor demandante e será enviado ao fornecedor, no qual classificará ou desclassificará o licitante.

6.7.1.8. Após a aprovação, a amostra ficará com a Unidade da Prefeitura do Centro Político (UPCPA) para que seja referência para o recebimento e confrontação com os itens entregues.

6.7.1.9. Em caso de aprovação da amostra, a CONTRATADA deverá enviar tabela com as medidas dos tamanhos (P/M/G/GG) dos itens para que a CONTRATANTE analise e informe, acerca do quantitativo constante no item 1 deste instrumento. Não haverá alteração de quantitativo total de itens.

6.7.1.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento ou indenização.

6.7.1.11. A aprovação da amostra entregue, não implica na aprovação final do produto entregue. O mesmo será avaliado novamente. Não estando conforme solicitado, a empresa deverá fazer novamente a remessa do(s) item(ns) conforme descrito no item 1 deste Termo.

6.7.2. Da composição da amostra e requisitos mínimos:

6.7.2.1. Cada amostra deverá estar devidamente identificada com:

Nome da empresa licitante;

Número do processo licitatório;

Especificação do item ao qual corresponde;

Referência do lote e modelo ofertado.

6.7.2.2. A amostra deverá conter **etiqueta interna permanente** com a composição do tecido e instruções de lavagem e conservação.

6.7.2.3. A amostra deverá apresentar **acabamento e costura final** idênticos ao produto definitivo, incluindo logotipo bordado (ou aplicado) conforme especificações do projeto gráfico fornecido pela Administração.

6.7.3. Da análise e aprovação da amostra

HA.SH: a4d850ab7294d517e0a7b0c4e5d0c50a4515b0d1e1a74a51725555509. O documento assinado digitalmente, válido em https://sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444. Assinado por ANDRESSA CAUIMO BARBIERI em 02/09/2025, às 10:42:04. O documento foi emitido em 02/09/2025, às 10:42:04. O documento foi emitido em 02/09/2025, às 10:42:04. O documento foi emitido em 02/09/2025, às 10:42:04.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

6.7.3.2. a) Conformidade dimensional:

- b) Composição do tecido:

- Será conferida por meio da etiqueta interna e, se necessário, laudo técnico de composição fornecido pelo fabricante do tecido.

c) Gramatura do tecido:

- A gramatura deverá corresponder ao intervalo previsto no Termo de Referência (por exemplo: 200 a 220 g/m²).
- Será aferida por amostragem em balança de precisão ou outro método tecnicamente aceito.

d) Cor e tonalidade:

- A cor da peça deverá corresponder à referência padrão definida pela Administração (ex.: Pantone ou amostra física padrão).
- A aferição se dará por comparação direta à amostra-padrão, em ambiente iluminado com luz branca.

e) Qualidade das costuras:

- As costuras deverão ser uniformes, sem falhas, sem pontos soltos, sem excesso de linha e sem ondulações.
- A costura deverá apresentar, no mínimo, 4 pontos por centímetro.
- Será realizada inspeção visual e tátil de toda a peça.

f) Acabamento:

- As bordas internas deverão ter acabamento em overlock ou similar.
- As barras deverão estar rebatidas com costura dupla.
- O fechamento deverá ter alinhamento correto entre frente e costas.

g) Personalização e bordado:

- O logotipo deverá ser reproduzido conforme layout aprovado, com fidelidade de cores e dimensões.

ARA-SH: 4e988c8bb737f051ee77dbceafce062cd15064ed1bd1bf3a74517256655d09. Documento assinado digitalmente, válido em <https://requitones.seplag.mt.gov.br/validar.php?chaveValida=0508.C4B6-P05W-TQVD>. Assinado por: ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 26/08/2025, KAROL MAR TIMIAN O MASIEIRO em 26/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 26/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 26/08/2025. Jurdado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGC:AP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA 

- O bordado deverá ter no mínimo 12.000 pontos, linhas sem falhas e alinhamento centralizado, conforme croqui técnico.

h) Etiqueta de identificação:

- Presença de etiqueta interna costurada com indicação da composição do tecido, instruções de lavagem e tamanho da peça.

i) Solidez da cor:

- Será realizado teste rápido de fricção a seco e úmido, com passagem de pano branco sobre a superfície do tecido por 10 movimentos contínuos.
- Não será admitida transferência de cor perceptível no tecido branco.

6.7.4. Da reprovação das amostras:

6.7.4.1. Caso a amostra seja considerada **não conforme**, a licitante será desclassificada, convocando-se o próximo classificado, que deverá apresentar sua amostra no mesmo prazo e condições.

6.7.4.2. Não será permitida a substituição de amostra apresentada, salvo se a Administração considerar necessário ajustar aspecto meramente formal que não altere substancialmente as características do produto.

6.7.4.3. Da vinculação da amostra ao fornecimento:

6.7.4.3.1. As amostras aprovadas permanecerão retidas na Administração como padrão de comparação obrigatória dos produtos fornecidos durante toda a execução contratual.

6.7.4.4. Da devolução das amostras

6.7.4.4.1. As amostras apreciadas que forem reprovadas pela Administração permanecerão disponíveis para retirada no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação ao fornecedor, findo os quais lhe serão dados destinos apropriados, sem qualquer tipo de pré-aviso, sem direito a ressarcimento.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazo de execução

7.1.1. O prazo de entrega dos produtos será de até 10 dias úteis, contados do recebimento formal da ordem de fornecimento do órgão.

7.1.2. Os produtos serão entregues no horário estipulado na Ordem de Fornecimento.

7.1.3. Caso o horário de expediente do contratante seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários do fornecimento dos produtos para atendimento da nova situação.

7.1.4. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito indicando o motivo e o prazo necessário

HA-SE: a4d850b727d0517e07f0c0a5e0d0c0a5150d0f1a0f74d5172656500. Documento assinado digitalmente, válido em https://sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444. Assinado por ANDRESSA CAUIMO BARBIERI em 02/09/2025, às 10:42:04. O documento foi assinado digitalmente em 02/09/2025, às 10:42:04. O documento foi assinado digitalmente em 02/09/2025, às 10:42:04. O documento foi assinado digitalmente em 02/09/2025, às 10:42:04.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

7.2. Local de execução

7.2.1. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço setor de almoxarifado da Coordenadoria de Serviços e Patrimônio - CPS da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/SEPLAG, sito à Rua Transversal, Bloco III - Centro Político Administrativo, CUIABÁ-MT, nos dias e horário de expediente da Secretaria (de segunda à sexta - feira, das 07:30hs às 11:30 e das 13:30hs às 17:00hs), mediante agendamento de data e horário, com comunicação antecipada de 24 (vinte e quatro) horas ao responsável pelo recebimento, para não ocasionar transtornos as atividades rotineiras. Não serão recebidos produtos em horários diferentes ao determinado, nem em feriados e recesso.

7.3. Forma de execução

7.3.1. Os itens do Grupo 1 deverão ser confeccionados e entregues conforme modelos constantes no Anexo I deste Termo de Referência. Os demais itens dos Grupos 2, 3 e 4 deverão seguir as descrições constantes na tabela do item 1.1 deste documento.

7.3.2. O contratado será responsável pelo transporte dos produtos até a sua entrega ao contratante no endereço e horário indicados.

7.3.3. As embalagens dos produtos deverão ser acondicionadas conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação dos produtos e demais informações exigidas na legislação em vigor.

7.3.4. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7.3.5. A embalagem deve ser adequada à sua conservação e indicar marca, modelo e procedência do produto, bem como CNPJ, nome do fabricante, além de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

7.3.6. A entrega dos produtos poderá ser efetuada de forma parcelada, de acordo com o quantitativo estabelecido na Ordem de Fornecimento.

7.3.7. Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta, salvo no caso previsto no art. 276 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, hipótese na qual deverá ser previamente celebrado aditivo contratual.

7.3.8. A entrega do produto ficará a cargo do contratado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

7.3.9. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo contratante, em estrita observância das especificações do Termo de

MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04. Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

7.3.10. Somente os produtos que estiverem em perfeitas condições serão aceitos e recebidos, caso algum produto sofra danos durante o transporte e ou não apresentem as condições ora estabelecidas, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los, sujeitando-se ainda às sanções previstas no Edital e na legislação pertinente, quando couber.

7.3.11. Quaisquer produtos fornecidos que apresentem vícios ou defeitos de fabricação, serão devolvidos, comprometendo-se o contratado, por sua conta, a substituí-los por outros novos e em perfeito estado de utilização, de acordo com as especificações do Termo de Referência e seus anexos, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o órgão ou entidade contratante.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega estão indicados no item 6. e 7. deste Termo de Referência.

9. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto Estadual n.º 1.525/2022 e da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.

9.4. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, respeitadas as exigências do art. 308 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, e cientificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos, conforme § 4º do art. 308 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022.

9.5. Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do Contrato, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.

9.6. Para efeito de gestão dos contratos originados desta operação, quando for o caso, serão utilizadas as seguintes definições:

HA-SH: a4d85db7294d517e9f7b0c4e5d0504515b0e17a7f74d51725555509. O documento assinado digitalmente, válido em https://sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444. Assinado por ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 02/09/2025, 14:02:04. O documento foi assinado digitalmente em 02/09/2025, 14:02:04. Assinado por ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 02/09/2025, 14:02:04.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

9.7. **Gestor do Contrato** – Trata-se de servidor da unidade administrativa de controle ou equivalente, diretamente responsável pela disponibilização do bem às demais unidades administrativas do órgão ou entidade, devendo ser indicado em Contrato, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 14 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, bem como:

9.7.1. Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de contrato previstas em manual de gerenciamento de contrato, caso houver, e aquelas decorrentes da legislação aplicável.

9.7.2. Aplicar as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo e as previstas nos instrumentos legais

9.8. **Fiscal do Contrato** – Trata-se de agente público indicado pelo Gestor do Contrato, preferencialmente, entre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 15 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, bem como:

9.8.1. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto do contratado, sempre que for preciso.

9.8.2. Desempenhar com eficiência e zelo todas as atribuições a ele incumbidas na legislação aplicável, em especial aquelas indicadas no art. 312 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022.

9.9. A fiscalização deverá emitir informação ou relatório a respeito de todos os atos do contratado relativos à execução do Contrato, quando couber, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do Contrato;

9.10. A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos produtos, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pelo contratado no período de faturamento, com vistas a aplicar multas/glosas no pagamento da fatura.

9.11. Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao Relatório a ser elaborado conforme estabelecido no art. 294 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022.

9.12. O Relatório é o ato administrativo que concretiza o recebimento provisório.

9.13. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.14. A operacionalização e o controle da execução contratual deverão ser realizados por meio do Sistema de Aquisições Governamentais - Contratos, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

9.15. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

HA.SR: a4d85c8b727d051new7b0ca5e5d050a515b0d1e1a74a5172655509. Documento assinado digitalmente, valide em <https://sigasibex.seplag.mt.gov.br/validador> ou no aplicativo SEPLAG GOV. Assinado por ANDRESSA CAUIM BARBIERI em 09/09/2025, 14:02:04. O documento foi assinado digitalmente em 09/09/2025, 14:02:04. Assinado em 09/09/2025, 14:02:04. Assinado em 09/09/2025, 14:02:04.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA



9.16. A fiscalização será dividida conforme os lotes do processo, conforme abaixo relacionado:

9.16.1. **Para os lotes 01 e 02**, será exercida pelos servidores abaixo relacionados:

GESTOR: Ivanir Walmor Urmann - Matrícula nº 80081.

FISCAL TITULAR: Jeanny Cristina Corso - Matrícula nº 262280.

FISCAL SUBSTITUTO: Jefferson Claude Dutra - Matrícula nº 249259.

9.16.2. **Para os lotes 03 e 04**, será exercida pelos servidores abaixo relacionados:

GESTOR: Jose Eduardo Ferreira Gomes, Matrícula nº 143485.

FISCAL TITULAR: Maxwell Pires Pedroso - Matrícula nº 321422.

FISCAL SUBSTITUTO: Bruno Diniz Bravo - Matrícula nº 332507.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Recebimento provisório:

10.1.1. O recebimento provisório dar-se-á pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (art. 140, inciso II, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021), no ato da entrega dos bens, mediante Relatório, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato. Deverão, também, serem anexados os demais documentos que o responsável julgar necessário e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção. Sendo aprovado o recebimento, o responsável autorizará a emissão da NF.

10.1.2. A fiscalização notificará o contratado para, se for o caso, no prazo de até 03 (três) dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor apurado.

10.1.3. Na hipótese de o contratado apresentar impugnação ao Relatório, a fiscalização emitirá novo Relatório, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com a análise dos argumentos do contratado. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os bens entregues, com a finalidade de verificar a adequação dos bens, bem como constatar e relacionar as providências adicionais que se fizerem necessárias.

10.1.4. O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

10.2. Recebimento definitivo:

10.2.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não excluirá a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

11.3.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

HA SH; 4e083c6bb73f1051ee7d9ceadce00a2daed1506dd1ba5fa74ef57296565009. Documento assinado digitalmente, válido em https://aqui.com.br/aqui/como_verificar_a_validade_dos_santos_e_m_28082025. Justificado em 01/09/2025 às 10:26:19 por MAIRA MANA.



SEP1 AGCAB202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigaadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA ➤

11.4.3. Prova de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso, o que deve ser providenciado mediante a apresentação de certidão emitida conjuntamente pela SEFAZ/MT e pela PGE/MT, na forma da Portaria Conjunta 008/2018-PGE/SEFAZ.

MA3SH: 4e9b8dbb/371051ee7d9cedce0c42cd416064b11ba3a74e51729655c09. Documento assinado digitalmente, válido em <https://requizitos.sopleg.mt.gov.br/flowbee-pub/#/validar/60C8-C86E-PQ0W-TGYD>. Assinado por: ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 26/08/2025, KAROL MAR TIMIANO MASIERO em 26/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 26/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS em 26/08/2025. Juntado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA ➤

11.4.4. Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada também prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

11.4.5. Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações expedidas pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.

11.4.6. Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede da licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

11.4.7. Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

11.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.4.9. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa, nos termos da lei de regência.

11.4.10. No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006.

11.5. Habilitação econômico-financeira:

11.5.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

11.5.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples.

11.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório;

11.5.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

11.5.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo do valor total estimado da parcela pertinente.

11.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.5.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.6. Habilitação técnica:

11.6.1. É necessária a apresentação de documentos que comprovem a habilitação técnica do licitante para executar o objeto contratual, visando garantir a segurança no fornecimento, a qualidade do produto e a mitigação de riscos contratuais.

11.6.1.1. Além disso, essa exigência assegura que a Administração Pública contará com fornecedores capacitados, garantindo um atendimento eficiente e adequado às necessidades institucionais.

11.6.2. O licitante deverá apresentar declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11.6.3. O licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente. O(s) Atestado(s)

HA-SH: 4e98c8dbb737051eeefdbceadced0c42cd415064b11ba7a4e5b1729655009. O documento assinado digitalmente, valide em <https://equilicore.simpli.pt.gov.br/fluxo-be-pub/#validar/6008-C86-PQ0W-TGVD>. Assinado por: ANDRESSA CAUHO BARBIERI em 26/09/2025, KAROL MAR TIMIANO MANSIERO em 26/09/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 26/09/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS em 26/09/2025. Juntado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA 



deverá(ão):

11.6.3.1. Comprovar a aptidão para o fornecimento de bens com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação.

11.6.3.2. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

11.6.3.2.1. Comprovar que a licitante forneceu ou está fornecendo a contento uniformes, ou produto pertinente(s) e compatível(is) com a licitação em questão;

11.6.3.2.2. Conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com os declarantes;

11.6.3.2.3. Referir-se a fornecimento prestado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

11.6.3.2.4. Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);

11.6.3.2.5. Ser emitido por empresa que não integre o mesmo grupo empresarial da empresa proponente;

11.6.3.3. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente;

11.6.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do interessado.

11.6.3.5. Caso o Pregoeiro entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante e local em que foram fornecidos os bens, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

11.6.3.6. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste Termo de Referência, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de execução do objeto contratual de que trata este Termo de Referência. 11.6.4. Serão exigidas, ademais, dos licitantes as declarações dos incisos I a V do art. 136 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

11.6.4. Serão exigidas, ademais, dos licitantes as declarações dos incisos I a V do art. 136 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

12.1. Não há reserva de cotas para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, pois o objeto licitado envolve contratação de bens de natureza indivisível e/ou a divisão de cotas traria prejuízos para o conjunto do objeto, sendo que o inciso III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 81, VI, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, impõe o tratamento diferenciado apenas quanto à aquisição de bens de natureza divisível.

12.2.1. A falta de identificação no sistema antes do envio da proposta tal como indicado no subitem anterior, impedirá o licitante de usufruir de qualquer dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

12.4. Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

12.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por período igual, a critério da Administração, para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.1. Não será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que

URL: <https://arquivos.segmap.mt.gov.br/arquivos/pub?valida=00008-C486-P020W-T0VD>. Assinado por: ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 26/08/2025, KAROL MAR TIMIAN O MASIEIRO em 26/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 26/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 28/08/2025. Jurado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigaex.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA ➤

14. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15. PROPOSTA DE PREÇOS E JULGAMENTO

15.2. O certame licitatório será composto por 4 (quatro) Grupos, com qualidades solicitadas, conforme itens das tabelas de especificação deste Termo de Referência e cotações de valor unitário.

15.3. O valor ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor ofertado inicialmente em casa item pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado para a licitação.

15.4. O prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais.

15.5. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas, nem reivindicar qualquer adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UO: 11101

Projeto/Atividade (Ação): 2558

Programa: 501

ARA-SH: 4e988c8bb737f05f1ee77dbceafce062cd15064ed1bd1bf3a74517256655d09. Documento assinado digitalmente, válido em <https://requitones.seplag.mt.gov.br/valida.php?pub#valida%00B.C4B6-PQD%N-TQVD>. Assinado por: ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 26/08/2025, KAROL MAR TIMIAN O MASIEIRO em 26/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 26/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 26/08/2025. Jurdado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGCAB202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigaadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA ➤

Unidade Gestora: 001

Fonte: 1.500.0000

Natureza de Despesa: 3.3.90.30.036

17. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

17.1. O prazo de garantia contratual dos produtos é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

17.2. O contratado deverá fornecer o(s) bem(ns) em excelente(s) condições de uso;

17.3. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

17.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do material.

17.5. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

17.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

17.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

17.8. O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

17.9. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como troca, conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar (em) imperfeição(ões), ocorrerão por conta do contratado, não cabendo ao contratante quaisquer ônus.

17.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a

MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04. Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

vigência contratual.

18. PAGAMENTO

18.1. Não haverá pagamento antecipado.

18.2. O pagamento será realizado de acordo com a execução do objeto do contrato, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, e análise dos documentos que compõem o processo de pagamento.

18.3. As operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42/2009, regulamentado pelo Artigo 355, §6º do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

18.4. O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número do Contrato/Ordem de Fornecimento, a descrição do objeto, o número e nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

18.4.1. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor(es) para outra(s) praça(s) será(ão) de responsabilidade do contratado.

18.5. O contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros, por intermédio da operação de "factoring".

18.6. O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

18.6.1. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;

18.6.2. Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;

18.6.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em plena validade e relativa ao contratado;

18.6.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

18.6.5. Prova de regularidade perante a justiça do Trabalho;

18.6.6. Prova de regularidade junto à fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor;

18.7. Sendo o caso, o contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao Contrato em questão.

18.8. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor do contratado em até 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contratante.

HA-SH: a4d85dab727d051new7f0caad5e0d050a1510b0a1e1a74a51725055009. O documento assinado digitalmente, válido em <https://sigadoc.mt.gov.br/sefaz/mt/ign-br/br/breber-puimkvalaef005e-c865-f050w-7030>. Assinado por ANDRESSA CAUIMO BARBIERI em 02/09/2025, POR: MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 02/09/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 02/09/2025. Assinado em 02/09/2025 por MAIRA MAIA.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

18.10. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização:

18.12. Caso constatada alguma irregularidade ou incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao contratado para as necessárias correções, acompanhada dos motivos que deram ensejo à sua rejeição, interrompendo-se o prazo para o pagamento, que começa a fluir somente a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e demais documentos, devidamente corrigidos. O prazo somente voltará a fluir, desde o começo e de maneira integral, a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e dos demais documentos exigíveis, devidamente corrigidos.

18.14. Nos casos de aplicação de penalidade ao contratado, em virtude de inadimplência contratual, não serão efetuados pagamentos a esta, enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações.

18.15. As Notas Fiscais a serem pagas deverão sofrer desconto devido à aplicação de multas/glosas previstas no Contrato e já identificadas pela fiscalização.

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de vigência do contrato, contado da data de sua assinatura.

20.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação formal pelo contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência.

20.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

MAISA: 4e908cbb737bd51eee7d9ceadce0e0420c01606d61bf3a7451726656d09 Documento assinado digitalmente, válido em <https://arquivos.seplag.mt.gov.br/flowbee-jwt/validar/008-Cat6-PQWk-TGYD>. Assinado por: ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 28/08/2025, KAROL MAR TIANI O MASIERO em 28/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 26/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS em 28/08/2025. Justificado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGC:AP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigaex.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA ➤



21. PREPOSTO

21.1. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

21.1.1. O preposto deverá ser designado no ato da assinatura do contrato, indicando o nome completo, número do CPF ou documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

21.1.2. O Preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição do contratante, devendo, contudo, serem observadas todas as exigências relativas à sua vinculação ao Contrato.

21.2. As comunicações entre o contratante e o contratado, representado por seu preposto, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.3. A manutenção do preposto da empresa, durante todo o período de vigência do contrato, poderá ser recusada pelo contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

21.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o preposto do Contratado para reunião inicial, na qual será apresentado o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.6. São atribuições do Preposto, dentre outras:

21.6.1. Comandar, coordenar e controlar a execução do contrato;

21.6.2. Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações do contratante, além da segurança dos empregados do contratado colocados a disposição.

21.6.3. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas da Fiscalização e das autoridades do contratante;

21.6.4. Acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, desde que de acordo com a legalidade;

21.6.5. Apresentar informações e/ou documentação solicitada pela Fiscalização e/ou pelas autoridades do contratante, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil;

MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04. Documento N°: 30036260-444 - consulta à autenticidade em https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento N°: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

- 21.6.6. Reportar-se à Fiscalização do contratante para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do fornecimento dos bens e das demais obrigações contratuais;
- 21.6.7. Estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos bens entregues e atender prontamente a quaisquer solicitações do contratante.
- 21.6.8. Relatar à Fiscalização, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada.
- 21.6.9. Adotar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer folhas detectadas no fornecimento dos bens contratados.
- 21.6.10. Garantir que os empregados se reportem sempre ao contratado, primeiramente, e não à Fiscalização e/ou aos servidores do contratante, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual.
- 21.6.11. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação do objeto contratado.
- 21.6.12. Após assinatura em documento/relatório de avaliação da execução do objeto contratado, quando este não for remetido por mensagem eletrônica com confirmação de recebimento.
- 21.6.13. Encaminhar à Fiscalização do contratante todas as Notas Fiscais/Faturas dos bens entregues, bem como toda a documentação complementar exigida.

22. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 22.1. Comparecer, quando convocado, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho específica no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sendo o mesmo prazo para retirada da Ordem de Fornecimento.
- 22.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 22.3. Fornecer os produtos, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, de forma a garantir os melhores resultados.
- 22.4. Os produtos serão entregues de acordo com a necessidade do contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislação pertinentes.
- 22.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos produtos, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 22.6. Submeter ao contratante, previamente e por escrito, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de entrega dos produtos que fuja das especificações



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

constantes no Termo de Referência e no Contrato.

22.7. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

22.8. Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.

22.9. Comunicar à fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local de entrega dos produtos que se verifique.

22.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus responsáveis, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

22.11. Permitir que o contratante, em qualquer momento, audite e avalie as entregas relacionadas ao objeto contratado, que deverá estar de acordo com as especificações do Contrato, em observância às obrigações pactuadas.

22.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização do contratante.

22.13. O contratado responsabilizar-se-á integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, devendo para tal:

22.13.1. Encarregar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à Administração.

22.13.2. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais causados ao contratante ou a terceiros, pela ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos, contratados ou representantes.

22.13.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

22.13.4. Responder civil e criminalmente pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a concomitante fiscalização realizada pelo contratante.

22.13.5. Indenizar terceiros e/ou o contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o contratado adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

22.16. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n.º 14.133/2021, Decreto Estadual n.º 1.525/2022 e Instrução Normativa n.º 01/2020/SEPLAG/MT e suas respectivas alterações.

23.7. Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou

HA SH: de908cbb737f05f1ee77b0ca2ee03d2d041506db1ba3a74e01729565d09. Documento assinado digitalmente, válido em <https://aquilicone.scpaj.mt.gov.br/flow/ba-e-pai/#validarQOQ-046-P20W-TGVD>. Assinado por: ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 26/08/2025, KAROL MAR TAMIAM O MASIERO em 26/08/2025, MAIRA DE SÁ CAMPOS MAIA em 26/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS em 28/08/2025. Juntado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA ➤



substituir, às suas expensas, no total ou em parte o produto, sanando as impropriedades.

23.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.

23.9. Efetuar o pagamento ao contratado, do valor resultante do fornecimento dos produtos, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e em Edital.

23.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.

23.11. Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei n.º 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.973/2013).

23.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24. GARANTIA CONTRATUAL

24.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução tendo em vista a natureza comum do objeto e da execução.

25. SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato, tendo em vista que trata-se da compra direta de bens padronizados e de fornecimento comum no mercado

26. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

26.1. A matriz de alocação de riscos será dispensada do contrato, nos termos do art. 247, §4º, I, do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, tendo em vista a natureza comum do objeto e da execução.

27. SANÇÕES

27.1. A CONTRATADA se descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 156 da lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

27.2. Quanto ao atraso, para assinatura do contrato:

a) Atraso de até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada, e sobre o valor contrato se for entrega única;



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

27.5. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (cinco décimas por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do estado, podendo, ainda, o CONTRATANTE proceder à cobrança judicial da multa;

URL: <https://arquivos.segmap.mt.gov.br/arquivos/pub?valida=00008-C4B6-P02W-TOVD>. Assinado por: ANDRESSA CAUMO BARBIERI em 26/08/2025, KAROL MAR TIMIAN O MASIEIRO em 26/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 26/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 28/08/2025. Jurado em 01/09/2025 10:25:19 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGC:AP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigaex.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA ➤

27.6. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo do CONTRATANTE;

27.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua intimação, observados os termos do artigo 157 ou do artigo 158 da Lei 14.133/2021, a depender do caso;

27.8. No caso de aplicação de penalidades, o CONTRATANTE deve informar a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento– SEPLAG/MT, para providências quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

27.9. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – A sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao CONTRATANTE;

II – Não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

28. LEGISLAÇÃO APLICADA

28.1. Lei n.º 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

28.2. Lei Estadual n.º 7.692/2002 - Regula o processo administrativo.

28.3. Decreto Estadual n.º 1.525/2022 – Regulamenta a Lei n.º 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso.

28.4. Lei Complementar n.º 123/2006 – Normas ME e EPP.

28.5. Lei Estadual Complementar n.º 605/2018 – ME, EPP e MEI.

28.6. Lei complementar n.º 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.

28.7. Instrução Normativa n.º 1.234/2012 - Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública.

28.8. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010 - Práticas de sustentabilidade ambiental.

29. PÚBLICO ALVO

29.1. Os bens a serem adquiridos destinam-se ao atendimento da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, e Unidade da Prefeitura do Centro Político Administrativo.



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA

30. ANEXOS

- 30.1. São partes integrantes deste Termo de Referência:
- 30.2. Pesquisa de Preços
- 30.3. Mapa Comparativo de Preços.
- 30.4. Modelo do uniforme.

Data da assinatura digital.

Elaborado por:

Andressa Caumo Barbieri
Gestor Projetos Especiais IV
GAB/SEAPS/SEPLAG

Maíra de Sá Campos Maia
Gestor Projetos Especiais V
GAB/SEAPS/SEPLAG

Aprovado por:

Karollyne do Nascimento Martimiano
Secretária Adjunta de Patrimônio e Serviços
SEAPS/SEPLAG

TERMO DE ANÁLISE, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO



SEPLAGCAP202549783A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 01/09/2025 às 10:42:04.
Documento Nº: 30036260-444 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=30036260-444>

SIGA